



MULHER, SEGREGAÇÃO URBANA E REDES DE SOCIABILIDADE

Uma alternativa de (re)ação feminina?

Tuize Rovere Hoff

Resumo

A segregação que atinge a população feminina ganha um contorno diferenciado fruto de uma realidade específica. As políticas públicas sociais acabam por (re)produzir estruturas patriarcais e capitalistas que condicionam as mulheres a um papel de subserviência social e econômica. O presente artigo explora a relação entre as políticas públicas habitacionais, em especial o programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos de perpetuação da segregação urbana, aprofundando-se no universo feminino e na relação da mulher segregada com a cidade. A partir de levantamento bibliográfico discorre sobre as redes de sociabilidade como possibilidade de reação feminina à situação de vulnerabilidade e alternativa de acesso aos bens e serviços públicos. O texto discorre sobre os argumentos que embasam tal perspectiva para enfatizar o trabalho científico e epistemológico de mapeamento das realidades como premissa para uma reflexão crítica voltada à ação transformadora da realidade, contribuindo assim para o desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Segregação. Políticas públicas. Mulher. Redes de sociabilidade.

Premissas

Este trabalho propõe uma reflexão teórica sobre como a segregação urbana é reproduzida nas cidades a partir das políticas públicas de habitação social, afetando especialmente as mulheres, e como as redes de sociabilidade por elas formadas são uma possibilidade de transposição deste fenômeno urbano.

Nas últimas décadas no Brasil, houve uma retomada nos investimentos em políticas públicas sociais, no sentido de redistribuição de renda, mitigação da pobreza e facilitação no acesso aos bens e serviços públicos. Neste contexto, as políticas públicas habitacionais tiveram importante papel, não só no provimento de moradias acessíveis à fatia mais pobre da população, mas também na geração de emprego e renda. A partir da implementação do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) em 2009 foram construídas cerca de 2,5 milhões de habitações¹, promovendo o deslocamento de milhões de pessoas no espaço urbano para a sua ocupação. Porém, o padrão de ocupação do território a partir destes deslocamentos continua replicando um modelo de urbanização excludente e segregador

¹Informações do Portal Brasil em <http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2016/03/em-sete-anos-minha-casa-minha-vida-entrega-mais-de-1-000-casas-por-dia>



(ROLNIK et. al., 2015; MARICATO, 2009) onde a população de renda mais baixa acaba por ocupar os espaços mais baratos dentro da cidade.

O foco das políticas públicas habitacionais brasileiras tem sido a obtenção da moradia através de crédito imobiliário via mercado financeiro e consequente compra de casas/apartamentos. Esta situação leva à movimentação da economia gerando demanda de materiais de construção e de mão de obra e criando empregos na área da construção civil. As políticas públicas de habitação social direcionadas ao mercado imobiliário deixam de lado o problema social de localização dos mais pobres dentro do espaço urbano e a dificuldade de acesso aos bens e serviços públicos por esta população (ROLNIK, 2015). A segregação então, torna-se um importante fenômeno nas cidades brasileiras, na medida em que a escolha dos terrenos para investimentos em habitação social obedece a lógica do mercado e da especulação imobiliária (MARICATO, 2009; ROLNIK 2015).

A segregação é um fenômeno multifatorial e multiescalar, que envolve aspectos físicos, como espaço urbano, local de moradia, condições de mobilidade e acesso a infraestrutura; e sociais, como condições de isolamento e exclusão social. Neste texto, a abordagem dada a segregação terá como base três autores: Flávio Villaça, quanto à dimensão espacial da segregação; Roberto Lobato Corrêa, quanto à relação da segregação com o local de habitação dentro da cidade e Eduardo Marques, quanto à dimensão social do mesmo fenômeno. Embora tenham enfoques diferentes quanto a segregação urbana, os autores convergem na ideia de que se refere a um fenômeno urbano e que decorre de práticas urbanas de planejamento e ocupação do espaço.

Para Villaça (2001), a segregação espacial urbana seria aquela que se refere ao local de ocupação dentro do espaço urbano pelas diferentes classes sociais. Para o autor, ao ocupar o território, as classes mais ricas procuram os espaços que consideram mais convenientes, seja por proximidade com os bens e serviços, pelos atrativos naturais (clima, paisagens), por status (condomínios ou bairros considerados nobres), ou mesmo pela relação custo-benefício. Essa procura acaba por configurar a cidade dentro da dinâmica da especulação imobiliária, ao determinar indiretamente os espaços que “sobram”: geralmente os que proporcionam menos benefícios, ou menos providos de bens e serviços públicos e mais afastados dos espaços de trabalho, cultura e lazer. A consequência direta deste fenômeno consiste no fato de que as classes mais baixas são levadas a ocupar os espaços nos quais os mais ricos não têm interesse e por fatores alheios a vontade (menor preço, programas sociais, políticas públicas habitacionais, etc.). Villaça (2001) chama este tipo de



ocupação do espaço urbano de “segregação involuntária”, que surgiria a partir do poder de escolha das camadas da população com maior poder aquisitivo, ou seja, “a segregação de uns provoca, ao mesmo tempo e pelo mesmo processo, a segregação de outros” (VILLAÇA, 2001, p. 148). Para ele, os padrões espaciais são fruto da estrutura social, ou seja, são resultado se uma conjunção de fatores econômicos, políticos e ideológicos que se articulam para a formação desta estrutura.

Já Lobato Corrêa (2013) afirma que, assim como os diferentes usos urbanos surgem a partir da ocupação social do espaço, o inverso também é verdadeiro: a partir da ocupação do espaço podem se desenvolver os diferentes usos. Um exemplo citado pelo autor é que a concentração de indústrias em uma determinada região da cidade pode fazer surgir ali um bairro operário. Assim, as classes mais ricas acabam por determinar o uso dos espaços urbanos, ocupando-os com suas moradias. Para o autor, existe intensa relação entre o local de habitação e a segregação de classes sociais, onde as classes mais altas podem pagar pelo espaço de habitação mais caro, configurando assim o território. Lobato Corrêa trata este fenômeno por segregação residencial.

Assim como Villaça (2001), Corrêa (2013) contrapõe a segregação por poder de escolha, ou “autosegregação”, e a segregação por imposição, ou “segregação induzida”. A “autosegregação” seria aquela onde o indivíduo tem a possibilidade de escolher os melhores locais de habitação de acordo com seus interesses, o que Villaça chama de “segregação voluntária”. Corrêa afirma que

a autosegregação visa reforçar diferenciais de existência e de condições de reprodução desses grupos por intermédio da escolha das melhores localizações no espaço urbano e de suas amplas e confortáveis habitações. Graças aos cada vez mais eficazes meios de controle do espaço, as áreas autosegregadas fornecem segurança aos seus habitantes, ampliando o status e prestígio que possuem. Essas áreas são consideradas nobres, tendo sido criadas pelo grupo de alto status social e para ele. É, assim, uma política de classe que tem no espaço um ingrediente muito importante. (CORRÊA, 2013, p. 43)

Já a “segregação induzida” corresponderia a “segregação involuntária” citada por Villaça (2001), ao se referir àquela em que os indivíduos são levados por fatores externos a sua vontade, residindo “onde lhes é imposto, sem alternativas de escolha locacional e de tipo de habitação” e envolveria ainda “aqueles que ainda têm algumas escolhas possíveis, situadas no entanto, dentro de limites estabelecidos pelo preço da terra e dos imóveis” (CORRÊA, 2013, p.43).



A convergência dos dois autores se dá na interpretação da segregação como um fenômeno único, onde a segregação das classes mais ricas implica na segregação das classes mais pobres. Porém, Corrêa (2013) dá ênfase ao fator econômico e ao preço da terra como determinante para os tipos de segregação, enquanto Villaça afirma que os ricos podem também ocupar as áreas de terras mais baratas de acordo com seus interesses e conveniências. Para este trabalho, será levado em consideração a ideia em comum dos autores de que a segregação é um fator único e, sendo multifatorial seria insuficiente tratar de seus possíveis efeitos levando-se em conta apenas fatores econômicos e residenciais, ou sociais e espaciais, especialmente por este se tratar de um estudo que considera o fenômeno da segregação urbana a partir das políticas públicas habitacionais.

O terceiro autor utilizado neste trabalho afirma, assim como Villaça (2001), que a segregação urbana envolve questões de mobilidade dentro da cidade, assim como mobilidade social. Eduardo Marques (2005) considera que a dificuldade de se deslocar pelo perímetro urbano enfrentada pelas classes mais baixas é um fator fundamental para a compreensão do processo de segregação. Assim como Villaça (2001), Marques afirma que os mais pobres acabam por ocupar os lugares mais afastados, enfrentando assim dificuldades no acesso aos serviços e infraestruturas públicas e oportunidades. Os dois autores assumem o aspecto multifatorial da segregação, e Marques acrescenta ainda a existência de diferentes graus de carências e heterogeneidade social nas periferias urbanas:

partimos da convicção de que separação e desigualdade de acesso se constroem e reconstroem mutuamente, sendo, portanto, processos indissolúveis, que precisam ser pensados dinamicamente. Em nossas cidades, os grupos não apenas se localizam separados entre si em espaços homogêneos internamente e distantes uns dos outros como, por causa disso, ocorre um acesso diferente desses grupos às oportunidades e aos equipamentos vigentes na cidade, com muitas consequências negativas para os grupos sociais segregados; embora isso também ocorra, os processos parecem ser mais dinâmicos, e os diferenciais de acesso também são causa da separação. (MARQUES, 2015, p. 35)

Para Marques, os processos de segregação são característicos para cada local, e para que se entenda a distribuição dos diferentes grupos nas cidades se faz necessário o estudo específico desses processos de forma mais detalhada. Segundo o autor, a generalização nos padrões de segregação teria o custo da simplificação da complexidade dos seus diferentes processos.

Eduardo Marques vem acrescentar ainda a este trabalho a teoria de que a sociabilidade dos indivíduos também é intensamente afetada pela segregação urbana, uma



vez que a dificuldade de acesso aumenta conforme o grau de homogeneidade presente nas regiões mais pobres da cidade. Marques (2005) considera que grupos mais homogêneos e de pior acesso às estruturas de possibilidades, tendem a formarem suas redes de sociabilidade de maneira mais restrita, ajudando a perpetuar situações de pobreza e vulnerabilidade.

Essas redes seriam fundamentais não apenas para a intensificação dos laços no interior das comunidades de baixa renda, mas principalmente para a construção de pontes para fora da comunidade que permitam solucionar os problemas do cotidiano mais facilmente e viabilizar mobilidade social e oportunidades. Portanto, assim como no caso da segregação (...), a existência e a conformação das redes sociais influenciam fortemente a maneira pela qual os ativos presentes em uma dada comunidade se inserem em suas estruturas de oportunidades. (MARQUES, 2005, p. 44)

Assim, a análise teórica aqui apresentada considera que os fatores de convergência entre os três autores trazem a reflexão necessária para abordar a segregação urbana e seus desdobramentos nos territórios. Para o presente estudo, a segregação urbana será considerada então como um fenômeno urbano multifatorial e multiescalar, que envolve não só a classe social e o poder aquisitivo do indivíduo ou grupos de indivíduos, mas também sua localização no espaço urbano em relação aos meios de produção, seu local de moradia, além de sua possibilidade de mobilidade urbana e social.

Compreender a complexidade do fenômeno da segregação urbana permite o aprofundamento em cada um de seus aspectos. Este trabalho parte da premissa de que as consequências da segregação para as mulheres pobres envolvem fatores específicos do gênero feminino e de seu papel social. Seu objetivo é elencar as perspectivas de como as redes de sociabilidade feminina podem influenciar no processo de segregação urbana, facilitando ou não o acesso aos bens e serviços públicos e aos meios de produção, considerando que as mulheres são agentes com importantes possibilidades de intervenção neste processo.

Algumas considerações...

O programa habitacional Minha Casa Minha Vida (MCMV) surge em 2009, durante o governo Lula, como um pacote de medidas habitacionais que, além de suprir a demanda crescente por moradia, viria como medida fundamental em uma política econômica que tinha no consumo seu principal fator de crescimento. Segundo Rolnik (2015), o programa foi inicialmente elaborado pelo governo em conjunto com empresários do setor da construção



civil e alcançou o seu objetivo inicial de fomentar o crescimento econômico através de geração de emprego e renda em um cenário econômico desfavorável² desde o final de 2008, pós-crise hipotecária americana.

Com previsão inicial de construção de 200 mil moradias voltadas para a faixa de 4 a 10 salários mínimos, o governo acaba por aumentar sua meta para cerca de 1 milhão de unidades habitacionais, parte delas totalmente subsidiadas, abarcando as classes mais pobres (MCMV – faixa 1):

Uma importante novidade em relação às práticas do BNH, que se caracterizou por desvios sistemáticos no atendimento das chamadas “demandas sociais”, era a preocupação com a produção para as rendas inferiores: 400 mil unidades (40% da meta) deveriam ser destinadas a famílias com renda de até 3 salários mínimos, o que se viabilizaria com o aporte de 16 bilhões de reais em recursos da União (70% de todo o investimento). (RUFINO; CHIMBO e AMORE, 2015, p. 17)

Em sua versão final, o MCMV contava com as modalidades: MCMV – Entidades, prevendo subsídios que seriam destinados à produção de moradias por associações e cooperativas; PNH – Rural, para construção de casas na área rural, destinadas a pequenos agricultores familiares, cooperativas rurais, reassentamentos rurais, etc.; MCMV – sub-50, destinado aos municípios com menos de 50 mil habitantes, além do “carro-chefe” do programa, o MCMV – Empresas, que apresentava condições específicas para variadas faixas de renda, com valores distintos para os subsídios, os mecanismos financeiros e para os valores das unidades habitacionais a serem produzidas (ROLNIK, 2015).

Apesar do sucesso obtido no contexto econômico, no que concerne à questão social urbana o programa deixou a desejar. Segundo Ermínia Maricato em editorial da revista Carta Maior³, na medida em que abandonou as discussões que vinham sendo realizadas junto ao Ministério das Cidades acerca da segregação e da mitigação dos problemas sociais advindos da questão habitacional, o programa passou a funcionar como medida econômica, mais do que programa social. O MCMV teve como “efeito colateral” a geração de novos problemas de localização das classes mais baixas na cidade, perpetuando a segregação urbana e os padrões de ocupação territorial baseados na especulação imobiliária. Essas

² Pós-crise hipotecária americana em 2008, o Brasil encerra o ano de 2008 com retração da atividade econômica e inicia o ano de 2009 com previsão de crescimento próxima de 0%. Sobre o período em http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1308:catid=28&Itemid=23

³ Editorial da revista Carta Maior em maio de 2009 em <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-Minha-Casa-e-um-avanco-mas-segregacao-urbana-fica-intocada/4/15160>



lacunas do programa em relação à segregação urbana já eram discutidas antes mesmo de sua implementação, levantando-se os riscos de se repetirem os equívocos de programas anteriores:

O perigo de se repetirem os erros reconhecidos do BNH, de produção periférica em locais mal servidos por infraestrutura urbana, já era mencionado, tendo em vista a desarticulação da produção habitacional em relação às matérias urbanísticas, em relação às ações municipais de regulação do uso e ocupação do solo, que estariam apoiadas na efetivação da função social da propriedade, na implementação dos instrumentos do Estatuto da Cidade, na elaboração dos Planos Diretores em bases diferentes daquelas que os tinham caracterizado durante os anos 1970 e 1980. (RUFINO; CHIMBO e AMORE, 2015, p. 18)

Ainda assim, o programa foi implementado e obteve sucesso em diversas frentes:

É indiscutível o efeito contracíclico do MCMV sobre a indústria da construção civil. De acordo com dados da *Revista do Sinduscon*, o sindicato das empresas de construção, o setor cresceu 47,1% no período de 2003-2013, enquanto o PIB no mesmo período cresceu 45,9%. Foram criados 2,23 milhões de postos de trabalho formais. A partir de 2010, cerca de 1 milhão de unidades financiadas pelo FGTS e SBPE foram lançadas por ano, um número quatro vezes maior do que em 2013; a produção de tintas cresceu 75% e a de vergalhões, 72%, no mesmo período. (ROLNIK, 2015, p. 306)

Além disso, incorporaram-se ao programa diretrizes mínimas para os projetos e construções, estabeleceram-se parâmetros para o trabalho social a ser realizado e definiram-se metas e responsabilidades na implementação dos equipamentos públicos que deveriam acompanhar cada um dos empreendimentos construídos (RUFINO; CHIMBO e AMORE, 2015), entre outras medidas que vieram a qualificar o programa.

Surge assim o MCMV II, a partir de 2011, como compromisso assumido pela presidenta Dilma de construção de mais 2 milhões de unidades habitacionais. Nesta fase foram implementadas importantes modificações como o aumento dos custos máximos das unidades e a incorporação de exigências como acessibilidade universal para um número mínimo de habitações, aumento da dimensão dos ambientes e elevação do padrão mínimo de acabamentos, além disso, na fase II a faixa de renda de até 3 salários mínimos passou a responder por 60% das contratações.

Segundo o Ministério do Planejamento, quando foi lançada a terceira fase do programa (MCMV III) em 2014, o programa já havia contratado 3,5 milhões de unidades e entregado cerca de 1,7 milhão de casas ou apartamentos.

As políticas públicas habitacionais nos moldes implementados no Brasil desde a criação do BNH (Banco Nacional de Habitação, extinto em 1986), estão intimamente ligadas



à especulação imobiliária. Na medida em que os empreendimentos por elas gerados estão condicionados à lógica de mercado, as habitações de interesse social produzidas acabam por ocupar os lugares que não despertam interesse das classes mais altas e que apresentam terra mais barata a ser ocupada. Segundo Marques e Torres (2005), a segregação urbana está associada às dinâmicas econômicas e mercadológicas, onde as cidades são produzidas de acordo com o interesse do capital. Assim, apesar do êxito em várias frentes, o MCMV não teve a força necessária para modificar o padrão de (re)produção das cidades, acabando por seguir a lógica das incorporadoras e da indústria da construção civil, preservando a dinâmica da segregação urbana nos empreendimentos financiados pelo programa:

A construção de grandes conjuntos habitacionais em áreas periféricas onde a terra é mais barata – forma de provisão habitacional predominante nas últimas décadas – contribuiu substancialmente para impulsionar o espraiamento urbano, a proliferação de um padrão urbanístico monofuncional e o estabelecimento de uma divisão territorial entre ricos e pobres. Apesar dos muitos bilhões de reais em subsídios públicos, o programa MCMV não impacta a segregação urbana existente. Pelo contrário, apenas a reforça, produzindo novas manchas urbanas monofuncionais ou aumentando a densidade populacional de zonas guetificadas já existentes. (ROLNIK, 2015, p. 314)

Através das políticas públicas fortemente vinculadas aos setores da construção civil, o Estado indiretamente corrobora a situação da segregação, na medida em que acaba por remover de certas partes da cidade a população mais pobre com a construção de grandes conjuntos habitacionais de interesse social. Esta população é reassentada nas periferias, mais distantes dos bens e serviços públicos, com maior dificuldade de acesso aos meios de (re)produção e com a sua mobilidade reduzida.

Uma das características do MCMV é a preferência pela titularidade feminina nos imóveis empreendidos com o financiamento do programa. Segundo o discurso governamental, esta medida busca o empoderamento e a autonomia feminina frente a condição de vulnerabilidade a que muitas mulheres são submetidas a partir de sua condição social⁴. Mas esta afirmação precisa ser colocada em xeque para que se compreenda melhor a relação dialética da mulher com a cidade e a dinâmica da segregação feminina que se dá a partir das políticas públicas habitacionais.

As políticas públicas que visam o bem-estar social podem ser vistas como fator de cristalização do patriarcado vigente. Segundo Scott (1989), as políticas públicas sociais vêm

⁴ Ver em <http://www2.planalto.gov.br/noticias/2015/06/governo-reforca-titularidade-das-mulheres-em-escrituras-do-minha-casa-minha-vida>



sendo utilizadas ao longo da história como meio de perpetuar o papel da mulher como cuidadora e mantenedora, assumindo as crianças, os idosos, os doentes e o trabalho doméstico de limpeza e alimentação, entre outras tarefas consideradas socialmente como femininas. Para Draibe (2002), o conjunto destas atividades pode ser descrito como cuidados domésticos:

as atividades de procriação, a alimentação, os cuidados de proteção física dos membros dependentes, crianças, idosos, portadores de deficiências, assim como o acesso a recursos e ativos sociais, econômicos e simbólicos, internos e externos à instituição familiar. Para facilitar a referência futura, denominaremos cuidados domésticos a este conjunto de tarefas e atividades. (DRAIBE, 2002, p. 21)

Ao assumir essa condição da mulher, o Estado condiciona o bem-estar familiar ao serviço feminino, voltando as políticas públicas que dizem respeito à família e sua manutenção à titularidade feminina, por exemplo, condicionando o recebimento do auxílio à responsabilidade das mulheres na manutenção das crianças na escola ou na realização das vacinas do sistema público.

No Brasil, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 90% das mulheres desempenham os trabalhos de cuidados e manutenção doméstica. No caso dos homens, este percentual cai para 50%⁵. Já relatórios do PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios) de 2009 demonstram que as mulheres despendem em média 26,6 horas semanais apenas com os serviços domésticos, enquanto os homens gastam 10,5 horas para desempenhar o mesmo tipo de trabalho⁶.

Considerando que as mulheres em situação de vulnerabilidade social, por desempenharem o trabalho doméstico, utilizam de forma mais intensa os serviços públicos (transporte coletivo, creches, escolas, praças, postos de saúde, etc.), e a infraestrutura urbana (iluminação pública, redes de saneamento, praças e parques, etc.), pode-se afirmar que estas mulheres são as mais afetadas pelo fenômeno da segregação urbana involuntária. Da mesma forma, segundo Madariaga (2004), são essas mesmas mulheres as mais afetadas pela diminuição da mobilidade urbana, pois precisam realizar percursos mais

⁵ Dados do IPEA em

http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=14321

⁶ Dados do PNAD em

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/120523_comunicadoipea0149.pdf



complexos do que os masculinos dentro da cidade (como deixar as crianças na creche ou escola e depois se deslocar até o trabalho, por exemplo).

Além de ter o trabalho socialmente imposto de cuidados domésticos comprometido pela segregação e falta de mobilidade as mulheres habitantes das áreas segregadas tem sua inserção no mercado de trabalho dificultada ou até impossibilitada:

Distantes e concentrando uma população homogênea e de baixa renda, essas áreas tendem a sediar apenas algumas atividades mais imediatamente ligadas à sua reprodução, como bares e pequenas mercearias, enquanto o grosso do comércio e dos serviços procuram zonas centrais e mais afluentes, onde estão seus principais consumidores. Assim, a distribuição dos postos de trabalho no espaço urbano obriga a população das periferias e demais áreas segregadas a longos deslocamentos para procurar emprego e para trabalhar, dependendo de um sistema de transportes coletivo lento e precário e arcando com os custos monetários e não monetários desse deslocamento. (BORGES e CARVALHO, 2012, p. 3)

O programa MCMV conta com 89% das suas unidades habitacionais em titularidade feminina. As mulheres são priorizadas como titulares inclusive em casos de separação conjugal sem divórcio legal, onde podem assinar os documentos de aquisição do imóvel mesmo sem a assinatura do cônjuge. A única exceção se apresenta nos casos de pais que detenham a guarda exclusiva dos filhos, onde a titularidade então passa a ser masculina⁷. Este tipo de acordo restringe-se à modalidade I do programa, que contempla famílias de renda mensal de até 3 salários mínimos.

Essa medida, segundo Lima (2012), é fruto de intensa luta dos movimentos feministas e de mulheres no Brasil, porém, não visa somente o empoderamento e independência destas mulheres. Segundo a autora, as condições mercadológicas, em que a mulher é mais adimplente do que os homens, e a própria condição social do papel feminino de cuidadora e por isso, a que possui mais responsabilidade junto à família, são fatores fundamentais na determinação do Estado pela titularidade feminina dos imóveis do MCMV:

Ao se tentar entender a problemática que envolve a titularidade residencial feminina, bem como as justificativas apresentadas pelo Poder Público para efetivação da mesma, pode-se perceber que as questões que envolvem o mercado possuem evidência, assim como as relações inerentes à condição da mulher na dinâmica familiar, que é consequência de papéis socialmente impostos para ambos os sexos e merecem a devida atenção. (LIMA, 2012, p. 79)

⁷ Ver mais informações em <http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2015/06/mulheres-respondem-por-maioria-das-escrituras-do-minha-casa-minha-vida>



Neste contexto, o Estado busca de forma superficial e ineficiente, restaurar o equilíbrio inexistente entre os diferentes gêneros, sem considerar que, assim como torna-se a principal titular na aquisição das unidades habitacionais produzidas pelo programa social, a mulher também se torna a principal afetada pela segregação urbana.

Apesar das condições enfrentadas pelas mulheres em situação de vulnerabilidade e dos condicionantes da segregação gerada pelas políticas públicas, justamente por seu papel social de cuidados e mantenedora dos vínculos de afeto familiares, essas mesmas mulheres acabam muitas vezes por exercer intensamente suas capacidades de criação e manutenção de redes de amizade e de outras relações sociais.

As relações pessoais empreendidas pelo indivíduo ao longo de sua existência formam as redes pessoais ou redes de relações sociais individuais (MARQUES; CASTELO e BICHIR, 2012). Segundo os autores, essas redes são formadas por diferentes padrões de vínculos pessoais, que se modificam ao longo do tempo por fatores externos e internos ao indivíduo:

Tanto padrões de relações quanto condições sociais são construídos ao longo das trajetórias de vida dos indivíduos, levando a certas configurações. Embora estudemos tais configurações, associando redes, sociabilidade e atributos sociais, nenhum desses elementos isoladamente é considerado como causa do outro, embora eles se influenciem dinamicamente no tempo. (MARQUES; CASTELO e BICHIR, 2012, p. 27)

As redes pessoais podem ser chamadas de redes sociais ou redes de sociabilidade, e podem influenciar de maneira significativa na mitigação dos efeitos da segregação de acordo com a possibilidade de conexão do indivíduo “por sobre os territórios” (MARQUES; CASTELO e BICHIR, 2012). Essas redes podem ter tamanhos variados e características distintas de acordo com as relações quotidianas individuais.

Embora as relações familiares patriarcais atuem como um fator de redução nas redes de sociabilidade femininas devido ao controle sobre elas exercido (MARQUES, 2007), e a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho recorrente na situação de segregação, é crescente o número de famílias de baixa renda chefiadas por mulheres⁸. Segundo o relatório Unifem/Ipea sobre desigualdades no Brasil, de 1995 a 2009, a proporção de mulheres chefes de família aumentou de 22,9% para 35,2%. Muitas acabam por se desvencilharem de condições de submissão ao cônjuge pelo divórcio, separação, abandono ou viuvez, e passam a assumirem sozinhas o papel de provedoras.

⁸ Dados do relatório Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça - UNIFEM e Ipea.



Essas mulheres exercem papéis importantes na modificação de suas condições de vida através da vivência de suas redes quotidianas, sendo que muitas vezes, este é o único apoio com que contam para obter ajuda nos cuidados com as crianças, doentes e idosos e na realização dos serviços domésticos, simultaneamente aos esforços para que possam acessar, ainda que de maneira precária, o mercado de trabalho. O fato de assumirem o papel social de cuidadoras, leva-as a acostumarem-se ao protagonismo de suas ações, e não a espera de que o Estado ou alguém faça por elas. Assim, tornam-se ativas na busca de melhorias em sua condição, utilizando-se frequentemente de suas redes para a obtenção destas melhorias (NOVAES, 2001).

O estudo das relações estabelecidas pelas mulheres segregadas enquadra-se na categoria de estudos de redes de sociabilidade individuais, abordado por Eduardo Marques em suas pesquisas sobre como as redes influenciam nos processos de segregação. A sociologia relacional, segundo Marques (2007, p. 157) seria aquela que “se concentra na análise dos padrões de relações de indivíduos e entidades que cercam as situações sociais”. Assim, a análise sistemática de redes dentro da sociologia considera a influência dos padrões de relações presentes nos fenômenos sociais, considerando que as ligações entre pessoas

são representadas como nós e as relações são representadas como vínculos de tipos diversos. Os vínculos podem ser materiais e imateriais, podem apresentar conteúdos múltiplos e usualmente são pensados como em constante transformação. (MARQUES, 2007, p. 35)

Ao analisar as redes de sociabilidade femininas dentro da realidade da segregação urbana, as relações pessoais entre as mulheres segregadas e outros indivíduos conformam os nós, e os tipos de vínculos estabelecidos por estas relações determinam o desenho do alcance e da influência destas redes no processo.

Neste estudo, serão investigadas no contexto da segregação feminina, as redes formadas por vínculos de solidariedade e afinidade e a possibilidade de acesso aos serviços e bens públicos ou ao mercado de trabalho através delas, antes e depois de serem reassentadas. Para isso é necessário o conhecimento aprofundado do contexto em que os indivíduos de inserem e a materialidade com que estas redes se formam no espaço:

Como os atores individualmente não têm controle sobre a estrutura das redes e sobre as posições dos demais atores, mesmo que ajam racionalmente para construir e desmontar vínculos (e provavelmente o fazem), conseguirão influenciar apenas uma parte muito pequena do tecido



relacional em que se inserem. Parodiando Marx, é possível dizer que os indivíduos fazem as redes, mas não as fazem como querem. (MARQUES, 2007, p. 160)

Considera-se a hipótese de que as redes de sociabilidade das mulheres, dentro do contexto aqui visto da segregação urbana e da construção social do feminino, possam servir de alavanca para a superação das condições de vulnerabilidade resultantes das políticas públicas habitacionais. Contudo, entende-se que as condições do meio são de forte influência na formação e continuidade destas redes, restringindo-as ou espalhando-as conforme as relações estabelecidas, dentro das possibilidades de cada indivíduo. Assim, pode-se afirmar que as redes individuais são condicionadas pela situação de pobreza, vulnerabilidade e segregação, mas também podem ser condicionantes dos efeitos destes fenômenos.

Possibilidades

Santa Cruz do Sul tem seu território marcado por disparidades sociais evidenciadas na paisagem urbana. A produção do espaço urbano na cidade se deu principalmente pelo processo de industrialização a partir da formação do distrito industrial e da instalação das fumageiras internacionais, que ainda hoje dominam economicamente o território:

pensar a (re)produção do espaço urbano em Santa Cruz do Sul significa termos presente, de um lado, o papel que as determinações econômicas e organizacionais engendradas pelos conglomerados fumageiros em escala internacional desempenham ao longo da cadeia produtiva fumageira; de outro, a maneira como cada lugar responde a essas determinações a partir da dinâmica socioespacial própria das comunidades locais e das contingências e particularidades que individualizam os diferentes lugares. (SILVEIRA, 2003, p. 184)

Neste contexto, a formação da periferia da cidade se deu enquanto “local dos safristas” (SILVEIRA, 2003, p. 184), desprovida de infraestrutura e serviços públicos, abrigando a população mais pobre e dando início ao processo de segregação urbana. A localização destes assentamentos, próximos ao setor industrial e à BR 471, conformou uma periferia segregada, atraindo para esta área da cidade tanto os novos migrantes, quanto os trabalhadores que buscavam seu lugar na cidade (SILVEIRA, 2003).



Desta forma, a segregação considerada neste estudo, diz respeito a cidade em seu conjunto, e considera o território como materialização da pobreza, uma vez que o local de moradia representa importante influência nos condicionantes da pobreza considerando que “o isolamento geográfico e a distância levam a um acesso mais difícil às oportunidades produzida na cidade” (MARQUES, 2007, p. 34).

Para uma aproximação empírica com o contexto das mulheres segregadas, serão observadas as mulheres residentes no conjunto habitacional Santo Antônio, reassentamento situado no atual bairro Progresso, na periferia sul da cidade de Santa Cruz do Sul/RS. Serão resgatadas suas redes de sociabilidade individuais antes e depois do reassentamento, de forma a identificar possíveis influências das mesmas no processo de segregação a que estão inseridas.

O empreendimento foi financiado com recursos do Programa Minha Casa, Minha Vida e ocupado pelos beneficiários no ano de 2012. Tratam-se de 260 unidades habitacionais distribuídas em 18 blocos de edifícios de 4 pavimentos cada. Uma particularidade, conforme relatos obtidos junto aos órgãos públicos municipais, é de que a iniciativa da construção do empreendimento, assim como a escolha do terreno e da tipologia construtiva ficaram a cargo da iniciativa privada, que empreendeu a construção em parceria com o município através da modalidade I (até 3 salários mínimos) do MCMV. Ao município coube o trabalho social realizado junto às famílias a serem reassentadas. A análise destes fatos leva mais uma vez à constatação da mercantilização da cidade e confirma o intenso vínculo das políticas públicas habitacionais com o a indústria da construção civil e a especulação imobiliária, sem atender às demandas sociais específicas de um grupo de indivíduos.

As mulheres lá reassentadas encontram-se em situação de pobreza⁹ e vulnerabilidade, sendo que um dos critérios para seleção das famílias era de renda familiar mensal bruta máxima de até 3 salários mínimos nacionais¹⁰. Outro fator determinante para a seleção das famílias foi que as responsáveis pela unidade familiar fossem mulheres¹¹, o que se reflete em uma realidade onde aproximadamente 84% das moradoras são do sexo feminino¹².

⁹ Conceito de SECCHI, 2015.

¹⁰ Dados do edital de chamamento público do empreendimento, em <https://pacsantacruz.wordpress.com/edital/>

¹¹ De acordo com a PORTARIA N° 140, DE 5 DE MARÇO DE 2010, do Ministério das Cidades, em http://www1.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/cohab/cmhl/portarias/PORTARIA-140-2010-Selecao-de-beneficiarios-PMCMV_final.pdf

¹² Dados levantados junto ao Núcleo de Ação Comunitária – NAC, Unisc.



Cerca de 50% destas mulheres são provenientes de áreas de risco¹³ e todas elas encontravam-se em situações de vulnerabilidade social. Este tipo de processo de reassentamento se dá pela falta de opções a estas famílias, em função da realidade em que se encontram, sendo levadas a uma situação de segregação involuntária no espaço urbano (VILLAÇA, 2001).

Assim como se dá na maior parte dos reassentamentos de baixa renda no Brasil (ROLNICK, 2015; VILLAÇA, 2001), essas mulheres foram reassentadas na área periférica da cidade, na chamada zona sul, reconhecidamente carente de infraestrutura e serviços urbanos eficazes e em quantidade necessária¹⁴.

O traçado das redes de sociabilidade feminina, formadas antes e depois do reassentamento, pode levar a pistas substanciais para a compreensão de como elas podem influenciar no processo de segregação das mulheres pobres em situação de vulnerabilidade, contribuindo para o debate sobre as redes individuais, a segregação feminina e as políticas públicas habitacionais, levando em consideração fatores como as estratégias de sobrevivência e as particularidades de cada grupo social. O debate proposto pode trazer ainda contribuições para a relação das políticas públicas urbanas com as necessidades femininas e suas formas de vivenciar a cidade. O conhecimento construído a partir destes debates teóricos têm a pretensão de contribuir para o desenvolvimento regional na medida em que mapear as políticas públicas de habitação e sua relação com o território e com os indivíduos que ali habitam são elementos fundamentais para a transformação social e a otimização dos recursos disponíveis, de ordem material ou humana.

REFERÊNCIAS

BORGES, Ângela Maria; CARVALHO, Inaiá Maria. Segregação urbana e emprego: observações preliminares sobre Salvador. In: XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Águas de Lindóia/SP – 19 a 23 de novembro de 2012. Disponível em http://observatoriodasmetrolopes.net/download/artigo_inaiacarvalho.pdf. Consultado em 13/05/2017.

CORREA, Roberto L. *O espaço Urbano*. São Paulo: Editora Ática, 1993.

¹³ Idem nota de rodapé nº5.

¹⁴ Dados da Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Social e Urbano, elaborado pela Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul, em http://www.santacruz.rs.gov.br/epd/Fundamentacao_Diagnostico_naoconsolidado.pdf



DRAIBE, Sônia M. *Brasil 1980-2000: proteção e insegurança sociais em tempos difíceis*. Taller inter-regional. PNUD/UN, Santiago, Chile, 2002. Disponível em http://antigo.enap.gov.br/downloads/ec43ea4fProtecao_e_Inseguranca_social_em_tempos_dificais.pdf. Consultado em 20/09/2016.

FONTES, Breno Augusto; EICHNER, Klaus. *A formação do capital social em uma comunidade de baixa renda*. REDES – Revista hispana para el análisis de redes sociales. Vol. 7, N° 2, outubro/novembro, 2004. Disponível em http://revista-redes.rediris.es/html-vol7/vol7_2.htm. Consultado em 20/09/2016.

IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=431680&idtema=132&search=rio-grande-do-sul|santa-cruz-do-sul|sistema-nacional-de-informacao-de-genero-uma-analise-dos-resultados-do-censo-demografico-2010> Consultado em 14/06/2016.

LIMA, Denise Furtado. *A política de titularidade residencial feminina no contexto da política pública habitacional*. Dissertação de mestrado apresentada na Universidade Estadual do Ceará – UECE, 2012. Disponível em http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://uece.br/politicasuece/dmdocuments/denise_furtado.pdf&gws_rd=cr&ei=Xt8YWde7HYanwASEhIPQAQ. Consultado em 13/05/2017.

MADARIAGA, Inés Sánchez. *Urbanismo com perspectiva de género*. Sevilla: Instituto Andaluz de la Mujer/Junta de Andalucía/Fondo Social Europeo, 2004. Disponível em <http://www.generourban.org/documentos/98.pdf>. Consultado em 15/06/2016.

MARICATO, Ermínia. *O “Minha Casa” é um avanço, mas segregação urbana fica intocada*. In: Carta Maior, 27 de maio de 2009. Disponível em <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-Minha-Casa-e-um-avanco-mas-segregacao-urbana-fica-intocada/4/15160>. Consultado em 28/10/2016.

MARQUES, Eduardo; BICHR, Renata; GOMES, Sandra; PAVEZ, Thais. *Os desafios da metrópole: desigualdades sociais, Estado e segregação na metrópole*. In: LAVALLE, Adrian G. (org.). *O horizonte da política: questões emergentes e agendas de pesquisa*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

MARQUES, Eduardo. *As redes sociais importam para a pobreza?* Revista Dados, V. 52, N° 2, Rio de Janeiro, junho de 2009. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582009000200006. Consultado em 28/09/2016.

_____. *Elementos conceituais da segregação, da pobreza urbana e da ação do Estado*. In: MARQUES, Eduardo; TORRES, Haroldo. *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo: Editora Senac SP, 2005.



_____. *Explorando as associações entre redes pessoais e acesso a bens materiais em duas metrópoles brasileiras*. REDES- Revista hispana para el análisis de redes sociales, v 22, n 3, Junho 2012. Disponível em http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/antigo/static/uploads/marques_bichir_castello_explorando_as_associacoes_entre_redes_pessoais_e_acesso_a_bens_materiais_em_duas_metrosoles_brasileiras_revistaredes_junho2012vol22_3.pdf. Consultado em 28/10/2016.

_____. *Redes sociais, sociabilidade e segregação*. Disponível em http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/upload/aaa/483-RB_3_Edu_Marques_set_port.pdf. Consultado em 13/06/2016.

NOVAES, Elizabete D. *Experiência feminina: política, sociabilidade e solidariedade na periferia*. In: Cadernos CERU/USP, serie 2, n12, São Paulo, 2001. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/ceru/article/viewFile/75081/78647>. Consultado em 14/05/2017.

O progresso das mulheres no Brasil: 2003 – 2010. Organização das Nações Unidas - ONU Mulheres e Cepia. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em www.unifem.org.br/sites/700/710/progresso.pdf. Consultado em 10/11/2015.

Retrato das desigualdades de gênero e raça. Ipea – Instituto de pesquisa econômica aplicada com a participação de Organização das Nações Unidas – ONU mulheres; Secretaria de políticas para as mulheres e Secretaria de políticas de promoção da igualdade racial. Brasília, 2011. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>. Consultado em 16/08/2016.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROLNIK, Raquel; PEREIRA, Alvaro; MOREIRA, Fernanda; ROYER, Luciana; IACOVINI, Rodrigo; NISIDA, Vitor. *O Programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação*. In: Caderno Metrôpoles, v 17, n 33, maio de 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cm/v17n33/2236-9996-cm-17-33-0127.pdf>. Consultado em 12/05/2017

RUFINO, Maria Beatriz; SHIMBO, Lúcia; AMORE, Caio S. *Minha casa... e a cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. Disponível em http://www.observatoriodasmetrosoles.net/index.php?option=com_aobook&view=book&catid=1%3Aalivros&id=154%3Aminha-casa-e-a-cidade&Itemid=123&lang=pt#. Consultado em 12/05/2017.

SCOTT, Joan. *Gender: a useful category of historical analyses*. New York: Columbia University Press, 1989. Traduzido por DABAT, Christine e ÁVILA, Maria B. Disponível em <http://www.observem.com/upload/935db796164ce35091c80e10df659a66.pdf>. Consultado em 29/08/2016.

SECCHI, Bernardo. *Laciudad de los ricos y la ciudad de los pobres*. Madrid: Catarata, 2015.

VIII Seminário Internacional sobre

Desenvolvimento regional

Territórios, redes e
Desenvolvimento Regional:
Perspectivas e Desafios



Programa de Pós-Graduação
Desenvolvimento
Regional
mestrado e doutorado



SILVEIRA, Rogério Leandro L. *Cidade, Corporação e Periferia Urbana: acumulação de capital e segregação espacial na (re)produção do espaço urbano*. Santa Cruz do Sul/RS: EDUNISC, 2003

UNIFEM e Ipea. *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça*. 1º edição, 2016. Disponível em <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/primeiraedicao.pdf>. Consultado em 16/08/2016.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço Intra-Urbano no Brasil*. São Paulo: FAPESP, 2001.